



**PODER JUDICIÁRIO – TRF/ 1ª REGIÃO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM MINAS GERAIS
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VARGINHA
PROCESSO PARA SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS
2013**

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este CADERNO DE PROVAS consiste numa PROVA OBJETIVA, contendo 20 (vinte) questões de múltipla escolha, com apenas uma alternativa correta, além de uma FOLHA DE RASCUNHO DA PROVA SUBJETIVA, consistente numa dissertação;
2. Na prova subjetiva, utilize no máximo 30 (trinta) linhas;
3. Não é permitida qualquer espécie de consulta;
4. Durante as provas, o candidato não deve se levantar sem autorização do fiscal da sala, nem se comunicar com outros candidatos;
5. A duração da prova é de 03 (três) horas e 30 (trinta) minutos, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS e da FOLHA DE DISSERTAÇÃO, os quais serão entregues quando o candidato solicitar, ou faltando uma hora para o término da prova;
6. Não será permitida a entrega de mais de um CARTÃO DE RESPOSTAS e uma FOLHA DE DISSERTAÇÃO para cada candidato;
7. Ao candidato somente será permitido levar o CADERNO DE PROVAS após duas horas do início da prova;
8. A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação das provas do(a) candidato(a).

Assinatura do candidato

Subseção Judiciária Federal de Varginha/MG
Rua Delfim Moreira, 451 – Centro - CEP 37002-070 – Telefone (35) 2105-8101

DIREITO CONSTITUCIONAL	
<p>1) De acordo com o art. 5º da Constituição Federal de 1988:</p> <p>a) Mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por qualquer partido político.</p> <p>b) É assegurado o direito de resposta, desproporcional ao agravo, além da indenização por dano exclusivamente moral ou à imagem.</p> <p>c) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.</p> <p>d) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, desde que haja prévia licença.</p> <p>2) Assinale a alternativa CORRETA:</p> <p>a) Os atos processuais poderão correr em segredo de justiça, desde que solicitado pela parte, podendo o juiz, em qualquer hipótese, deferir o pedido.</p> <p>b) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;</p> <p>c) Decisão judicial, ainda que não transitada em julgado, poderá dissolver as associações.</p> <p>d) A atuação judicial de entidades associativas é amplamente assegurada, possuindo legitimidade para representar os seus filiados, ainda que inexistente autorização expressa dos mesmos.</p> <p>3) Dentre os direitos sociais assegurados pela Constituição Federal aos trabalhadores está a:</p> <p>a) irredutibilidade do salário, que não poderá ser minorado sequer por acordo coletivo.</p>	<p>b) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.</p> <p>c) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em trinta por cento à do normal.</p> <p>d) assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até sete anos de idade, em creches e pré-escolas.</p> <p>4) Joaquim Silvério tem 17 anos de idade, casado e pai de dois filhos menores de cinco anos, e acabou de ser contratado para trabalhar na Empresa XYZ Ltda.</p> <p>Com base nos dados fornecidos, assinale a alternativa que contempla corretamente um direito de Joaquim previsto na Constituição Federal.</p> <p>a) Se for trabalhar no período noturno, deverá perceber remuneração superior à do diurno em, no mínimo, cinquenta por cento.</p> <p>b) Participação nos lucros, ou resultados, vinculada à sua remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.</p> <p>c) Seguro contra acidentes de trabalho, a ser custeado em igual proporção entre Joaquim e a empresa XYZ Ltda.</p> <p>d) Garantia de que não poderá exercer trabalho perigoso ou insalubre.</p> <p>5) Os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência devem ser obedecidos pela Administração pública</p> <p>a) direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, mas não dos Estados e dos Municípios, que poderão dispor sobre a matéria diferentemente.</p> <p>b) direta e indireta do Poder Executivo da</p>

<p>União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, não se aplicando, todavia, aos Poderes Legislativo e Judiciário.</p> <p>c) direta, mas não pela indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p> <p>d) direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p>	<p>segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de 20% (vinte por cento);</p> <p>b) o INSS pode rever o benefício ainda que concedido judicialmente;</p> <p>c) tem a sua qualidade de segurado mantida enquanto recebe o benefício, ainda que tenha sido demitido;</p> <p>d) deve se apresentar aos exames médicos agendados pela previdência social, sob pena de suspensão do pagamento do benefício;</p>
<p>DIREITO PREVIDENCIÁRIO</p>	<p>8) Maria, empregada da empresa ABC, está afastada de seus serviços em razão de acidente de trabalho que lhe decepou o dedo polegar. Assim, após o décimo sexto dia de afastamento a referida empregada começou a gozar de auxílio-doença acidentário. Neste caso, considerando que o acidente ocorreu no ano de 2011, em regra, o auxílio-doença acidentário:</p>
<p>6) Em se tratando de pensão por morte, conforme legislação aplicável, é INCORRETO afirmar que:</p> <p>a) Consiste em benefício devido ao conjunto de dependentes do segurado, aposentado ou não, enquanto persistir a situação de dependência.</p> <p>b) Consiste em renda mensal correspondente a 100% do valor da aposentadoria que o segurado recebia em vida ou daquela a que teria direito se estivesse aposentado por invalidez na data do seu falecimento.</p> <p>c) No rateio da pensão por morte, ao cônjuge sobrevivente será devido o benefício na proporção de 50%, e o restante, dividido, em partes iguais, aos demais dependentes.</p> <p>d) Reverterá em favor dos demais a parte daquele cujo direito à pensão cessar, sendo que a parte individual da pensão extingue-se pela morte do pensionista e, para o filho, a pessoa a ele equiparada ou irmão pela emancipação ou ao completar 21 anos de idade, salvo se for inválido, bem como para o pensionista inválido, pela cessação da invalidez.</p> <p>7) Com relação ao aposentado por invalidez, é <u>incorreto</u> afirmar que:</p> <p>a) o valor da aposentadoria por invalidez do</p>	<p>a) consistirá numa renda mensal correspondente a 91% do salário-de-benefício;</p> <p>b) consistirá numa renda mensal correspondente a 100% do salário-de-benefício;</p> <p>c) dependerá de perícia médica realizada por perito especialista do INSS, obrigatoriamente, dentro de trinta dias a contar do acidente;</p> <p>d) dependerá de perícia médica realizada por perito especialista do INSS, obrigatoriamente, dentro de sessenta dias a contar do acidente;</p> <p>9) Assinale a alternativa CORRETA:</p> <p>a) O salário-maternidade para a segurada empregada ou trabalhadora avulsa consiste em renda igual à sua remuneração integral, cabendo à empresa o seu pagamento, efetivando-se a compensação correspondente, exceto nas hipóteses de adoção ou de guarda judicial para fins de adoção, quando o referido benefício será pago diretamente pela Previdência Social.</p> <p>b) Para o benefício de prestação continuada (LOAS), a família é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de</p>

um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, ainda que não vivam sob o mesmo teto;

c) O auxílio-doença é devido a partir do 16º dia de afastamento para os segurados empregados e, desde a data do início da incapacidade para os segurados empregados domésticos, contribuintes individuais, trabalhadores avulso, especiais ou facultativos. Entretanto, quando requerido por segurado afastado da atividade por mais de trinta dias, somente será devido a contar da data de entrada do requerimento.

d) Não será devido auxílio-doença, em nenhuma hipótese, ao segurado que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social já portador da doença ou da lesão invocada como causa para o benefício.

10) Felipe foi admitido por uma empresa como estoquista, em 18/09/2007. Suas atividades eram: controlar a recepção dos materiais, confrontando tipo e quantidades com os dados contidos nas requisições, certificar a correspondência entre o material recebido e o solicitado e dispor os materiais relacionados nos pedidos, separando-os de acordo com as especificações e quantidades. Após anos de trabalho, Felipe passou a sentir fortes dores na coluna e, em pouco tempo, não conseguia mais fazer movimentos de flexão e extensão da coluna. Após a realização de exame médico pericial, constatou-se que o empregado estava inapto para o trabalho e impossibilitado de reabilitação. Considerando-se os fatos apresentados acima, qual dos benefícios previdenciários será concedido a Felipe?

- a) Aposentadoria especial
- b) Aposentadoria por invalidez
- c) Auxílio-doença
- d) Auxílio-acidente

PROCESSO CIVIL/ PROCESSO PENAL

11) Recebida a petição inicial, se a matéria arguida for unicamente de direito, o Magistrado poderá dispensar a citação e proferir imediatamente sentença se no juízo já houver sido proferida sentença de total:

a) improcedência em outros casos idênticos, sendo possível a reconsideração da decisão no caso de interposição de recurso de apelação pelo autor.

b) procedência ou improcedência em outros casos idênticos, sendo vedada a reconsideração da decisão no caso de interposição de recurso de apelação.

c) improcedência em outros casos idênticos, sendo vedada a reconsideração da decisão no caso de interposição de recurso de apelação pelo autor.

d) procedência em outros casos idênticos, sendo possível a reconsideração da decisão no caso de interposição de recurso de apelação pelo autor.

12) Se o processo tramita perante Tribunal de Justiça, o ato processual, cuja execução deva ser feita por Juiz de Comarca do interior do Estado, deve ser requisitado através de carta:

- a) registrada
- b) precatória
- c) rogatória
- d) de ordem

13) No tocante à capacidade processual e postulatória,

a) a citação de um dos cônjuges é sempre suficiente, não havendo hipóteses em que ambos devam ser citados para a demanda.

b) o cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ações que versem sobre direitos pessoais e imobiliários.

c) o juiz dará curador especial ao réu preso, bem como ao revel citado por edital ou com hora certa.

d) a herança jacente ou vacante é representada judicialmente pelo inventariante.

<p>14) Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta:</p> <p>I – A representação será irretratável, depois de oferecida a denúncia.</p> <p>II – A ação penal privada poderá ser proposta tanto pelo ofendido quanto por seu representante legal.</p> <p>III – Nosso sistema processual penal admite a ação a ação privada nos crimes de ação pública se esta não for intentada no prazo legal.</p> <p>a) apenas o item I está correto</p> <p>b) apenas o item II está correto</p> <p>c) apenas o item III está correto</p> <p>d) todos os itens estão corretos</p> <p>15) Assinale a alternativa incorreta. De acordo com o Código de Processo Penal, a competência pode ser classificada em razão:</p> <p>a) da matéria</p> <p>b) da pessoa que intenta a ação</p> <p>c) da pessoa inculpada</p> <p>d) razão do lugar</p>	<p>requisitos mais simplificados.</p> <p>IV - O prazo máximo de um estágio é de dois anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.</p> <p>a) todos estão corretos</p> <p>b) b e d estão corretos</p> <p>c) todos estão incorretos</p> <p>d) apenas o último está correto</p> <hr/> <p>17) No caso de concurso de crimes, a prescrição incidirá:</p> <p>a) sempre sobre a pena de cada um, isoladamente;</p> <p>b) sempre sobre o total da pena;</p> <p>c) sobre o total da pena, se o concurso for material, sobre a pena de cada um, isoladamente, se formal;</p> <p>d) sobre a pena de cada um, isoladamente, apenas hipótese de prescrição da pretensão executória;</p> <p>18) A pena restritiva de direitos converte-se, obrigatoriamente, em privativa de liberdade quando:</p> <p>a) sobrevém condenação à pena de multa, por outro crime.</p> <p>b) o sentenciado descumpre, de forma injustificada, a restrição imposta.</p> <p>c) sobrevém condenação por contravenção penal.</p> <p>d) o sentenciado é denunciado pela prática de outro crime.</p>
<p>LEI DE ESTÁGIO / DIREITO PENAL</p>	
<p>16) Sobre a lei de estágio, julgue os seguintes enunciados:</p> <p>I - O estágio é um ato profissional supervisionado, desenvolvido no ambiente do trabalho;</p> <p>II - Entre as modalidades de estágio estão o obrigatório e o voluntário;</p> <p>III - O estágio é uma relação de emprego, com</p>	<p>19) Para formação do nexo de causalidade, no sistema legal brasileiro, a superveniência de causa relativamente independente,</p> <p>a) exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado, imputando-se os fatos anteriores a quem os praticou.</p>

<p>b) exclui a imputação quando em concurso com outra concausa produz o resultado, atenuando-se a responsabilidade do autor pelo fato anterior.</p> <p>c) exclui a imputação quando produz o resultado com restrição da responsabilidade de quem praticou o fato subjacente ao limite de sua responsabilidade material.</p> <p>d) exclui parcialmente a imputação, tornando os autores responsáveis pelo fato subjacente no limite de sua responsabilidade.</p> <p>20) Sobre a obediência hierárquica e coação irresistível:</p> <p>I – para caracterizar a obediência hierárquica a relação de subordinação se pode fundamentar no direito administrativo, nas relações trabalhistas, familiares e religiosos;</p> <p>II – para o acolhimento da exculpante da obediência hierárquica deve haver o estrito cumprimento de ordem não manifestamente ilegal, porque, se a ordem for legal, o problema deixa de ser de culpabilidade, podendo caracterizar causa de exclusão de ilicitude;</p> <p>III – a coação irresistível que exclui a culpabilidade é a moral; tratando-se de coação física irresistível, o problema não é de culpabilidade, mas sim de fato típico, que não existe em relação ao coato por ausência de conduta voluntária;</p> <p>IV – na hipótese de coação resistível, não haverá exclusão da culpabilidade penal do coagido, mas uma redução da sua pena pelo acolhimento de uma causa de diminuição prevista na parte geral do Código Penal;</p> <p>V – o coator será sempre punível: na coação irresistível, na condição de autor mediato, na coação resistível, na condição de co-autor ou de partícipe na medida de sua culpabilidade.</p> <p>a) I, II e III estão corretas;</p> <p>b) II, III e V estão corretas;</p> <p>c) I, III e IV estão corretas;</p>	<p>d) somente II e V estão corretas;</p> <hr/> <p style="text-align: center;">REDAÇÃO</p> <p>José João nunca havia trabalhado na vida até que, aos 16 anos, conseguiu um serviço de servente de pedreiro na Empresa Bem Acabada Ltda. Trabalhou lá durante 15 dias como empregado, com a carteira assinada, recebendo um salário-mínimo. No décimo-sexto dia, deu baixa na carteira e não voltou a trabalhar até a data de sua morte, 10 meses depois.</p> <p>Depois do óbito, seus pais descobriram que José João vivia em união homoafetiva com Jorge José há mais de ano. Após muito discutirem, Jorge José e os pais de José João verificaram que a Empresa Bem Acabada Ltda. não recolhera a contribuição previdenciária pelos 15 dias de trabalho de José João. Com esta informação, foram ao INSS juntos para saber se alguém teria direito a algum benefício. O servidor do INSS disse que aquilo tudo era uma grande bagunça e que nada poderia fazer. Inconformados, todos resolveram entrar na Justiça, para pleitear os direitos que imaginam ter.</p> <p>Imagine que você é o Juiz do caso e escreva uma peça (não são necessários os requisitos de uma sentença) em que você esclareça, sob o ponto de vista do direito previdenciário e do direito constitucional, se algum dos interessados tem direito a qualquer benefício previdenciário em razão da morte de José João, e por quais razões.</p> <p>Ressalte-se que, nos termos do art. 26, da Lei n. 8.213/91, a pensão por morte independe de carência.</p> <p style="text-align: center;"><u>Na prova subjetiva utilize no máximo 30 (trinta) linhas</u></p>
---	--

--	--